

Moratórias são “bomba-relógio” para os bancos

Portugal é o país onde o peso no crédito total é mais elevado
Especialistas alertam para impacto quando o regime acabar
Imobiliário pede fim gradual, começando pelo pagamento de juros

PRIMEIRA LINHA 6 a 9



Moratórias são “bomba-relógio” para a banca

A moratória no crédito, criada em março pelo Governo, já permitiu que mais de 700 mil famílias e empresas adiassem o pagamento das suas dívidas junto da banca. Mas o que começou por ser um balão de oxigénio para os clientes dos bancos, e para o próprio setor, poderá estar a “camuflar” casos de incumprimentos, alertam os especialistas. É preciso começar a agir antes que seja tarde, dando a oportunidade às instituições financeiras de avançarem já com planos de recuperação junto das empresas que ainda são consideradas viáveis.

ERIC DOR, PROFESSOR NA IESEG

Há empresas que provavelmente já estão insolventes, mas a sua situação está a ser disfarçada pela moratória.



TIAGO CARDÃO-PITO, PROFESSOR DO ISEG

As moratórias são, essencialmente, um meio de adiar a resolução de graves problemas que continuarão a existir.



for: ambsilva825@gmail.com

**PAULO SOARES DE PINHO,
DIRETOR DO LISBON MBA**

Isto é mais do que uma bomba-relógio. Isso seria se tivéssemos situações más que estamos a adiar. É pior. Temos situações más que estamos a agravar.


FILIPE GARCIA, ECONOMISTA DA IMF

[Prazo da moratória] à primeira vista até parece um pouco excessivo, dado que se está a congelar as prestações por 18 meses.

**LUÍS MÁXIMO DOS SANTOS,
VICE-GOVERNADOR DO BDP**

As moratórias permitem ganhar tempo e gerir melhor a conjuntura imediata, mas haverá um momento em que terão de cessar.


**PEDRO SIZA VIEIRA,
MINISTRO DA ECONOMIA**

Aquilo que me parece mais importante (...) é que antes de terminarem as moratórias precisamos de começar a construir soluções de capitalização.



RITA ATALAIÁ

ritaatalaia@negocios.pt

Com a pandemia foram muitos os milhares de portugueses que entraram em lay-off ou as empresas que viram a sua atividade abrandar. O Governo acabou por adotar as moratórias no crédito para tentar "estancar" os efeitos destes problemas de liquidez, prolongando não por uma vez, mas por duas, esta solução que permite adiar o pagamento das dívidas e dos juros. Parte destas moratórias acabarão por se transformar em crédito malparado, naquela que é uma "bomba-relógio" que paira sobre o setor financeiro.

Foi em março deste ano, quando a pandemia chegou a Portugal, que o Governo decidiu criar uma moratória legal. O objetivo era apoiar aqueles que mais seriam penalizados pelo impacto da pandemia ao dar mais tempo para pagarem as suas prestações junto da banca. No entanto, esta medida irá, mais tarde ou mais, acabar e isso trará consequências.

"Graças às moratórias, a situação parece estar artificialmente sob controlo. Mas é uma solução temporária. A expectativa é que após a crise e com uma forte recuperação, a maioria dos devedores seja capaz de voltar a pagar as suas dívidas. Mas isto é muito incerto. Há empresas que provavelmente já estão insolventes, mas a sua situação está a ser disfarçada pela moratória", afirma ao Negócios Eric Dor, professor e diretor dos estudos económicos da escola francesa IESEG.

Neste sentido, diz Tiago Cardão-Pito, as moratórias "não constituem um método de resolução dos problemas causados pela

grave crise pandémica, donde repercutem grandes consequências económicas e sociais". Para o professor do ISEG, "as moratórias são, essencialmente, um meio de adiar a resolução de graves problemas que continuarão a existir".

Esta solução, que permite adiar o pagamento de capital e juros ou apenas de capital, tinha como prazo inicial setembro deste ano. Foi depois adiada até março do próximo ano e, mais recentemente, até setembro de 2021. De acordo com um relatório da DBRS, divulgado na semana passada, Portugal é um dos países da Europa onde a moratória é mais longa.

Enquanto Tiago Cardão-Pito nota que este "adiamento é sem dúvida importante", pois "procura-se um diferimento dos problemas para um período futuro em que a crise tenha sido pelo menos atenuada", Filipe Garcia, economista da IMF, considera que, "à primeira vista, até parece um pouco excessivo, dado que se está a congelar as prestações por 18 meses".

Já Paulo Soares de Pinho afir-

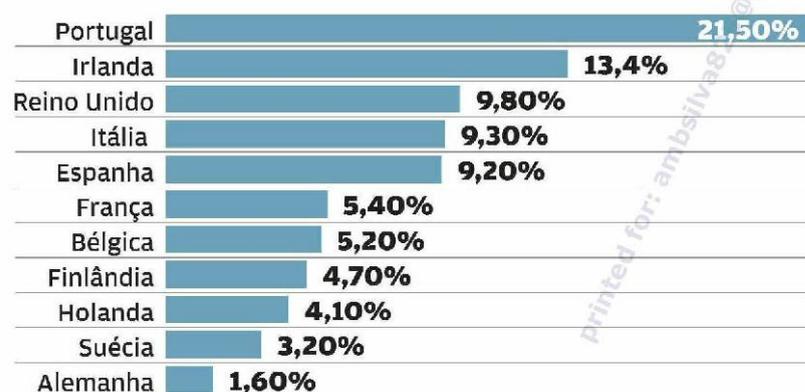
ma que "estamos a ir longe demais" nas moratórias. Para o diretor do Lisbon MBA, esta solução "é uma faca de dois gumes". Isto porque, explica, se por um lado está a ajudar empresas ainda viáveis, por outro lado faz com as chamadas empresas "zombies" agravem a sua situação e adiem a resolução dos problemas, sem que a banca as possa pressionar e pôr "fim a um poço sem fundo".

Nesse sentido, a banca devia ter mais poder de decisão neste processo. "O BCE devia dar aos bancos o poder de decidir quais os créditos que teriam direito de avançar já para ações de recuperação" antes que os bancos fiquem sem garantias para executar, diz Paulo Soares de Pinho, salientando que "o facto de os bancos não terem poder para intervir está claramente a fazer com que as situações se agravem".

PORTUGAL É ONDE A MORATÓRIA PESA MAIS

Valores em percentagem do peso das moratórias no crédito total

Os bancos portugueses são os que têm a maior proporção de moratórias concedidas, face ao crédito total, entre os bancos europeus. De acordo com a DBRS, representam perto de 22% do crédito total.



Fonte: Relatório da DBRS

“Pior que uma bomba-relógio”

Os dados mais recentes do Banco de Portugal mostram que foram feitos 788 mil pedidos de adesão a moratórias de crédito, para suspender o pagamento total ou parcial de prestações, entre o dia 27 de março e o final de agosto. Desse total, 726.996 foram integrados neste regime excepcional. O crédito de empresas representa 28,8% do total, enquanto o crédito à habitação pesa 43%.

Já à escala europeia, os bancos portugueses são os que têm a maior proporção de moratórias em relação ao crédito total. Representam perto de 22% do crédito, mostra o relatório da DBRS.

“Isto é mais do que uma bomba-relógio. Bomba-relógio seria se tivéssemos situações más que apenas estamos a adiar. É pior que isso. Temos situações más que estamos a agravar”, diz Paulo Soares de Pinho, do Lisbon MBA, ao Negócios.

“Percebe-se a intenção de dar tempo à economia para recuperar, mas, mais tarde ou mais cedo, terá de se enfrentar a realidade”, refere, por outro lado, o economista Filipe Garcia, alertando que “tudo o que rodeia as moratórias prejudica a normalidade da tomada de decisões dos

diversos agentes económicos envolvidos”.

Já Tiago Cardão-Pito afirma ser “difícil saber como vai evoluir a situação, pois há muitos fatores de incerteza”. De acordo com o professor do ISEG, “se se verificarem os piores cenários” e a “crise pandémica demorar muito tempo a ser resolvida, no limite, daqui podem vir consequências diretas e indiretas bastante penosas. Diretas para a sustentabilidade e sobrevivência dos próprios bancos. Indiretas para a sociedade se os bancos deixarem de ser capazes de providenciar liquidez e financiar a economia portuguesa”.

Os alerta da banca e do regulador

Os alertas também têm surgido por parte dos bancos e do próprio regulador. Luís Máximo dos Santos, vice-governador do Banco de Portugal (BdP), afirmou, na semana passada, que é preciso começar a delinear uma estratégia de saída das moratórias, já que estas não são uma “panaceia”.

“As moratórias permitem ganhar tempo e gerir melhor a conjuntura imediata, mas haverá um momento em que terão de cessar”, alertou o responsável num “podcast” do BdP. Aí, continuou, “terá de se pensar numa espécie

de estratégia de saída porque a recuperação da atividade económica provavelmente não vai ser de índole a que uma vez terminadas as moratórias – a suspensão dos reembolsos de crédito – todos os beneficiários delas possam estar em condições de passar a cumprir”.

Já em maio, o presidente do Santander Portugal, Pedro Castro e Almeida, tinha afirmado que “o grande tsunami há de vir quando acabarem as moratórias”.

Este fim de semana, em entrevista ao Expresso, o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, assumiu que o Governo está a preparar uma solução para o fim das moratórias, sem adiantar detalhes. “Aquilo que me parece mais importante – e é isso que tenho estado a falar com as autoridades de supervisão e com o sistema bancário – é que, antes de terminarem as moratórias, precisamos de começar a construir soluções de capitalização”, afirmou o ministro, afastando soluções a fundo perdido. E salientou: “É importante, durante o primeiro semestre do próximo ano, ter uma solução relativamente sistémica, que seja fácil de implementar, de reforço dos capitais próprios das empresas”. ■

788
MORATÓRIAS

Dados do regulador mostram que foram feitos 788 mil pedidos de adesão a moratórias, até agosto. Destes, perto de 727 mil foram integrados neste regime.

Considerando os contratos abrangidos pelo regime de moratória até ao final de agosto, o crédito à habitação pesava cerca de 43% do total, de acordo com o BdP.

43%
CRÉDITO DA CASA**22%**
PESO DA MORATÓRIA

Os bancos portugueses são os que têm a maior proporção de moratórias, face ao crédito total, na Europa. Representam cerca de 22% do total.